



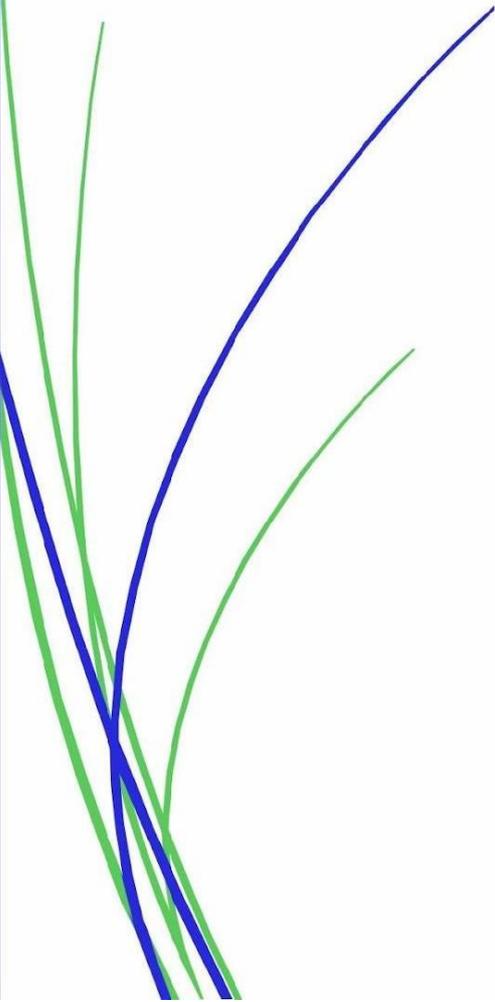
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS**



**CIESA**

Tradição, Tecnologia e Inovação

**REGULAMENTO INTERNO DA  
EXTENSÃO CURRICULARIZADA  
DO CURSO DE DIREITO**



**MANAUS/AM  
2025**

## REGULAMENTO INTERNO DA EXTENSÃO CURRICULARIZADA DO CURSO DE DIREITO

Waldery Areosa Ferreira  
Daniel Henrique Louzada Areosa  
**Mantenedores**

Profa. Dra. Solange Almeida Holanda Sílvia  
**Reitora**

Grasiele de Souza Barroso  
Geisyane Quincó Lopes  
**Secretárias do curso de Direito**

Prof. Me. Abraão Ferreira Guimarães  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Me. Rafael Seixas de Amoêdo  
**Elaboração do regimento**

Prof. Me. Rafael Seixas de Amoêdo  
**Revisão Ortográfica**

Prof. Me. Rafael Seixas de Amoêdo  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar  
**Formatação**

## EXTENSÃO CURRICULARIZADA CIESA

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Extensão na educação superior no Brasil é uma atividade que se integra à estrutura curricular e à organização da pesquisa. Segundo o Conselho, a extensão é um processo interdisciplinar que abrange aspectos político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, promovendo uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os diversos setores da sociedade. Essa interação é realizada por meio da produção e aplicação do conhecimento, mantendo uma conexão contínua com o ensino e a pesquisa (Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CES nº 7/2018).

A "creditação curricular", também conhecida como "curricularização da extensão", consiste na adaptação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para assegurar um percentual mínimo, de 10%, da carga horária total do curso destinado às atividades de extensão, conforme estabelecido pela Resolução mencionada (Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 7/2018).

### **Metas:**

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece 20 metas para o desenvolvimento da educação no Brasil ao longo de sua vigência. Uma das metas destacadas é a meta 12, que visa aumentar a taxa de matrículas na educação superior para cinquenta por cento. Para alcançar essa meta, são delineadas vinte e uma estratégias, com destaque para a estratégia 12.7, que preconiza reservar pelo menos 10% da carga horária total exigida para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, priorizando áreas de relevância social significativa.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 7/2018 estabelece as diretrizes nacionais para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do PNE de 2014.

Para efetivar a curricularização da extensão, conforme orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (2006), a elaboração e a modificação dos currículos devem estar centradas no impacto e na transformação da formação dos estudantes do curso em questão. O currículo é concebido como um processo dinâmico e não linear, onde as disciplinas não são

apenas conteúdos a serem transmitidos, mas um espaço para a produção coletiva e a reflexão crítica. Nessa perspectiva, os conteúdos das disciplinas não são fixos, mas servem como base para novas investigações, descobertas e questionamentos, proporcionando aos alunos uma formação sólida e crítica.

Quando uma instituição adota essas abordagens, promove-se a flexibilização curricular, superando a ênfase tradicional em disciplinas isoladas e adotando a transdisciplinaridade como um princípio central de referência (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, 2006, p. 46).

## CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA O CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

A curricularização da extensão é uma estratégia educacional que visa integrar atividades de extensão universitária de forma sistemática ao currículo dos cursos de graduação. No contexto do Bacharelado em Direito, essa iniciativa se mostra especialmente relevante, pois proporciona aos estudantes uma formação mais completa e conectada com as demandas sociais contemporâneas.

A curricularização da extensão no Bacharelado em Direito representa uma oportunidade única para formar profissionais mais preparados e conscientes de seu papel transformador na sociedade. Ao integrar teoria, prática e responsabilidade social, essa proposta visa não apenas enriquecer a formação acadêmica dos estudantes, mas também contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento local e regional.

### Objetivos

- **Integrar teoria e prática:** Proporcionar aos estudantes experiências práticas que complementem o aprendizado teórico, facilitando a compreensão das aplicações do Direito na sociedade.
- **Desenvolver habilidades sociojurídicas:** Promover o desenvolvimento de habilidades como mediação, conciliação, *advocacy* e outras competências essenciais para o exercício da profissão jurídica.
- **Estimular a responsabilidade social:** Incentivar o engajamento dos estudantes em atividades que promovam o acesso à justiça, direitos humanos, cidadania e desenvolvimento local.

### Proposta de Implementação

**Mapeamento de demandas locais:** Realização de um levantamento das necessidades da comunidade local e regional, identificando áreas em que o conhecimento jurídico pode ser aplicado para resolver problemas reais.

**Criação de disciplinas de extensão:** Desenvolvimento de disciplinas que permitam aos estudantes participarem de projetos de extensão, como clínicas jurídicas, atendimento a grupos vulneráveis, educação em direitos humanos, entre outras.

**Parcerias com órgãos públicos e organizações da sociedade civil:** Estabelecimento de convênios e parcerias com entidades externas para a execução das atividades de extensão, garantindo que os estudantes tenham acesso a casos reais e orientação especializada.

**Avaliação e certificação das atividades:** Implementação de um sistema de avaliação que considere tanto o desempenho acadêmico quanto o impacto das atividades de extensão na comunidade, garantindo o reconhecimento adequado dos esforços dos estudantes.

### **Benefícios Esperados**

- **Enriquecimento do currículo acadêmico:** Ampliação das oportunidades de aprendizado prático, preparando os estudantes de Direito de forma mais eficaz para os desafios da profissão.
- **Fortalecimento do compromisso social:** Estímulo ao senso de responsabilidade social e ética profissional entre os futuros profissionais do Direito.
- **Contribuição para a comunidade:** Prestação de serviços jurídicos à comunidade, promovendo o acesso à justiça e fortalecendo os vínculos entre a universidade e a sociedade.

## MATRIZ DO CURSO DE DIREITO E A EXTENSÃO CURRICULARIZADA

A curricularização da extensão no curso de Direito do CIESA representa um avanço significativo na formação acadêmica de nossos estudantes, proporcionando-lhes uma base sólida e experiências práticas que serão fundamentais para sua atuação profissional futura. Com disciplinas estruturadas em áreas, como Constitucional, Penal e Civil, de forma inter e transdisciplinar, estamos comprometidos em preparar profissionais capacitados e engajados, capazes de contribuir de maneira efetiva para a justiça e o desenvolvimento social de nossa comunidade.

Esta iniciativa visa integrar atividades de extensão de forma estruturada ao currículo acadêmico, proporcionando aos nossos estudantes uma formação mais completa e alinhada às demandas sociais contemporâneas.

### Objetivos

- Integração teoria-prática: Promover a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, capacitando os estudantes para enfrentar desafios reais da prática jurídica.
- Desenvolvimento de habilidades específicas: Fomentar o desenvolvimento de competências em áreas fundamentais do Direito, como Constitucional, Penal e Civil, através de experiências extensionistas direcionadas.
- Engajamento com a comunidade: Estimular o compromisso social dos estudantes, promovendo o acesso à justiça e contribuindo para o desenvolvimento local.

### Estrutura das Disciplinas

Período da disciplina	Área do Direito	Temática sugerida
2º Período	Direito Constitucional	Direitos Humanos e Fundamentais
4º período	Direito Penal	Criminologia
6º período	Direito Propedêutico	Diálogos Interdisciplinares do Direito
8º período	Direito Civil	Inovação e desenvolvimento do Direito Civil na sociedade contemporânea
10º período	Direito e Regionalidade Amazônica	Direito no contexto da realidade amazônica

### ***Prática Extensionista I (2º Período) - Direito Constitucional***

A Prática Extensionista II em Direito Constitucional, com ênfase nos direitos fundamentais, sociais e humanos, representa um importante passo na formação acadêmica e profissional dos estudantes de Direito do CIESA. Ao integrar teoria e prática com um compromisso firme com os valores constitucionais, esta disciplina não apenas enriquece o currículo dos alunos, mas também os prepara para serem agentes de transformação social e defensores dos direitos humanos em nossa comunidade.

#### **Objetivos**

**Geral:** Introduzir os estudantes à prática extensionista focada em questões constitucionais.

#### **Específicos:**

- **Exploração dos Direitos Fundamentais:** Aprofundamento no estudo e aplicação dos direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição, como liberdade de expressão, direitos à vida, à igualdade e à propriedade.
- **Promoção dos Direitos Sociais:** Compromisso com a efetivação dos direitos sociais, incluindo direito à saúde, educação, trabalho digno e seguridade social, através da prática jurídica extensionista.
- **Defesa dos Direitos Humanos:** Sensibilização para a proteção e promoção dos direitos humanos em sua plenitude, abordando temas como direitos das minorias, direito à moradia, à alimentação e à dignidade humana.

#### **Atividades:**

- **Clínicas Jurídicas Especializadas:** Participação em clínicas jurídicas voltadas para a defesa dos direitos humanos e sociais, oferecendo assistência jurídica a grupos vulneráveis e marginalizados.
- **Elaboração de Pareceres e Petições:** Exercício na elaboração de pareceres jurídicos e petições relacionadas a casos que envolvam a violação ou a garantia de direitos fundamentais e sociais.

- **Atuação em Projetos de Impacto Social:** Colaboração com organizações não governamentais e órgãos públicos na execução de projetos que visem a proteção e promoção dos direitos humanos e sociais.

**Parcerias:**

- **Defensorias Públicas:** Cooperação com defensorias públicas para a defesa dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso à justiça e à igualdade de oportunidades.
- **Organizações da Sociedade Civil:** Parcerias estratégicas com ONGs que atuam na defesa de direitos humanos e sociais, proporcionando experiências práticas enriquecedoras aos estudantes.

**Benefícios esperados:**

- **Formação Cidadã e Ética:** Desenvolvimento de uma consciência cidadã e ética entre os estudantes, preparando-os para atuar de forma comprometida com a promoção da justiça social.
- **Capacitação Profissional:** Capacitação prática desde os primeiros períodos do curso, preparando os estudantes para enfrentar desafios reais da advocacia com base nos direitos fundamentais e sociais.
- **Impacto na Comunidade:** Contribuição efetiva para a comunidade através da defesa e promoção dos direitos humanos e sociais, fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade.

***Prática Extensionista II (4º Período) - Direito Penal***

A disciplina de Prática Extensionista II no curso de Direito do CIESA foca no Direito Penal com uma abordagem enriquecida pela Criminologia. Essa integração entre teoria e prática visa não apenas proporcionar aos estudantes uma compreensão profunda do sistema penal, mas também explorar as causas sociais e individuais do comportamento criminoso.

**Objetivos:**

**Geral:** Aprofundar o conhecimento prático em Direito Penal através de atividades extensionistas.

**Específicos:**

- **Estudo Aprofundado da Criminologia:** Investigação das teorias criminológicas contemporâneas que explicam a criminalidade, incluindo fatores psicológicos, sociais, econômicos e ambientais que influenciam a conduta delitiva.
- **Análise Crítica do Sistema Penal:** Reflexão sobre o papel do sistema de justiça criminal na prevenção do crime, na ressocialização dos infratores e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.
- **Aplicação Prática dos Conhecimentos Criminológicos:** Utilização da criminologia como ferramenta para compreender casos reais, elaborar estratégias de defesa e propor políticas públicas mais eficazes na área penal.

**Atividades:** Atendimento jurídico a indivíduos em situação de vulnerabilidade, participação em mediações penais e elaboração de recursos e petições relacionadas ao Direito Penal.

**Participação em Clínicas Jurídicas Especializadas:** Engajamento em clínicas jurídicas voltadas para casos criminais, oferecendo assistência jurídica a indivíduos em conflito com a lei e explorando soluções alternativas ao encarceramento.

**Elaboração de Estudos de Caso Criminológicos:** Análise de estudos de caso para identificar os fatores criminógenos envolvidos e propor intervenções baseadas em evidências para prevenção da criminalidade.

**Colaboração com Instituições de Pesquisa em Criminologia:** Parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa para investigar temas criminológicos relevantes para a comunidade local e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e eficazes.

**Parcerias:** Colaboração com defensorias públicas e entidades de assistência jurídica para defesa de direitos de indivíduos acusados criminalmente.

**Defensorias Públicas e Delegacias Especializadas:** Cooperação com defensorias públicas e delegacias especializadas para oferecer suporte jurídico e técnico na defesa de direitos dos acusados e vítimas de crimes.

**Centros de Estudos Criminológicos:** Alianças estratégicas com centros de estudos criminológicos para promover o intercâmbio de conhecimentos e práticas inovadoras na área penal e criminológica.

**Benefícios esperados:**

**Formação Interdisciplinar:** Desenvolvimento de uma visão crítica e integrada do sistema penal, enriquecida pela compreensão dos aspectos criminológicos que influenciam o comportamento humano.

**Capacitação Profissional Avançada:** Preparação dos estudantes para enfrentar desafios complexos na prática jurídica, utilizando abordagens criminológicas para uma advocacia mais eficaz e humana.

**Contribuição para a Comunidade:** Participação ativa na promoção da justiça social e na redução da criminalidade, através da aplicação de conhecimentos criminológicos para resolver problemas reais da comunidade.

***Prática Extensionista III (6º Período) - Direito Propedêutico***

A Prática Extensionista III em **Direito Propedêutico**, com foco nos **diálogos interdisciplinares do Direito**, representa um passo fundamental na formação acadêmica e profissional dos estudantes de Direito. Ao integrar as bases teóricas do Direito com outras áreas do conhecimento, esta disciplina não só enriquece o currículo, mas também prepara os futuros operadores do Direito para compreenderem e atuarem em contextos complexos, onde as soluções jurídicas se entrelaçam com questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. A finalidade é promover uma visão holística e contextualizada do fenômeno jurídico, capacitando os alunos a serem agentes de transformação social e defensores de direitos sob uma perspectiva ampliada.

## Objetivos

**Geral:** Introduzir os estudantes à prática extensionista por meio de uma abordagem interdisciplinar do Direito, explorando as interconexões da área jurídica com outros campos do saber.

### Específicos:

- **Compreensão da Interdisciplinaridade no Direito:** Aprofundar o entendimento sobre como diversas disciplinas (como a linguagem, literatura, filosofia, sociologia, psicologia, economia, história, antropologia, arte e ciências ambientais) dialogam com o Direito e influenciam a aplicação e a interpretação das normas jurídicas.
- **Análise de Questões Complexas:** Capacitar os estudantes a analisarem problemas jurídicos a partir de múltiplas perspectivas, reconhecendo as dimensões não jurídicas que impactam as situações concretas e as possíveis soluções.
- **Desenvolvimento de Soluções Abrangentes:** Estimular a criação de soluções jurídicas que considerem o contexto mais amplo dos problemas, integrando conhecimentos de diferentes áreas para uma atuação mais eficaz e socialmente relevante.

## Atividades

- **Estudos de Caso Multidisciplinares:** Análise de casos reais ou hipotéticos que exigem a integração de conhecimentos jurídicos com outras áreas, como disputas de terra que envolvem aspectos antropológicos e ambientais, ou conflitos familiares com dimensão psicológica.
- **Seminários e Debates Interdisciplinares:** Organização de eventos com a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento (sociólogos, psicólogos, economistas, historiadores etc.) para discutir temas de interface com o Direito.
- **Elaboração de Projetos de Intervenção Social:** Desenvolvimento de propostas de intervenção jurídica em parceria com outras áreas, visando a resolução de problemas sociais complexos, como a mediação de conflitos comunitários ou a promoção de direitos de grupos vulneráveis.
- **Visitas Técnicas e Observação:** Realização de visitas a instituições e espaços onde a interdisciplinaridade é evidente, como centros de mediação, hospitais (para questões de biodireito), ou órgãos de proteção ambiental.

### Parcerias

- **Departamentos de Outras Áreas do Conhecimento:** Cooperação com cursos de graduação e pós-graduação em áreas como Ciências Sociais, Psicologia, Economia, Biologia, História, para intercâmbio de conhecimentos e desenvolvimento de projetos conjuntos.
- **Centros de Pesquisa Interdisciplinar:** Colaboração com institutos e núcleos de pesquisa que abordam temas de fronteira entre o Direito e outras ciências.
- **Organizações Sociais com Atuação Multidisciplinar:** Parcerias com ONGs que desenvolvem trabalhos com equipes multidisciplinares, oferecendo aos estudantes a oportunidade de atuar em contextos de aplicação integrada do conhecimento.

### Benefícios Esperados

- **Visão Ampliada do Direito:** Desenvolvimento de uma compreensão mais vasta do Direito, reconhecendo sua inserção em um contexto social, econômico e cultural complexo.
- **Habilidade de Análise Crítica:** Aprimoramento da capacidade de análise crítica de problemas, identificando as diversas dimensões envolvidas e formulando soluções mais completas e eficazes.
- **Preparo para a Atuação Profissional:** Capacitação dos estudantes para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais complexo, que demanda profissionais com capacidade de diálogo e colaboração interdisciplinar.
- **Impacto Social Qualificado:** Contribuição para a comunidade através de intervenções que consideram a totalidade dos problemas, gerando soluções mais duradouras e adequadas às realidades locais.

### ***Prática Extensionista IV (8º Período) - Direito Civil***

A disciplina de Prática Extensionista IV no curso de Direito do CIESA é uma oportunidade para os estudantes aplicarem seus conhecimentos teóricos em situações práticas e relevantes para a comunidade. Nesta fase avançada da curricularização da extensão, propomos uma abordagem temática aberta no campo do Direito Civil, permitindo aos alunos explorarem diversos aspectos e áreas de interesse dentro dessa disciplina fundamental.

#### **Objetivos:**

**Geral:** Consolidar a prática extensionista no âmbito do Direito Civil, com foco em áreas como família, contratos e responsabilidade civil.

#### **Específicos:**

**Exploração de Temas Emergentes:** Investigação e estudo aprofundado de temas emergentes e contemporâneos no Direito Civil, como direito digital, direito ambiental, direitos da personalidade, entre outros.

**Desenvolvimento de Competências Práticas Avançadas:** Desenvolvimento de habilidades práticas na resolução de casos jurídicos complexos, elaboração de pareceres, contratos e outras peças processuais dentro do campo do Direito Civil.

**Contribuição para a Evolução do Direito Civil:** Participação ativa na discussão acadêmica e na pesquisa aplicada que promova o desenvolvimento e a reforma do Direito Civil em resposta às necessidades e desafios da sociedade contemporânea.

#### **Atividades:**

- **Estudos de Caso Multidisciplinares:** Análise de estudos de caso que envolvam interseções entre o Direito Civil e outras áreas do conhecimento, como tecnologia, meio ambiente, saúde, entre outros.
- **Elaboração de Projetos de Impacto Social:** Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ação que abordem questões críticas e promovam a justiça social e o acesso à justiça dentro do contexto do Direito Civil.

- **Colaboração com Instituições e Movimentos Sociais:** Parcerias com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e entidades governamentais para a implementação de iniciativas que fortaleçam a proteção dos direitos civis e ampliem o acesso à justiça.

**Parcerias:** Colaboração com instituições de proteção aos direitos do consumidor, órgãos de mediação e conciliação, e projetos de educação em direitos civis.

- **Centros de Pesquisa Jurídica:** Colaboração com centros de pesquisa jurídica para aprofundamento teórico e desenvolvimento de propostas de reforma legislativa no âmbito do Direito Civil.
- **Organizações Não Governamentais (ONGs):** Alianças estratégicas com ONGs que atuam na defesa de direitos civis e na promoção da justiça social, contribuindo com o conhecimento jurídico e técnico dos estudantes para suas causas.

### **Benefícios Esperados**

**Formação Integral e Interdisciplinar:** Desenvolvimento de uma visão crítica e ampla do Direito Civil, integrando múltiplos aspectos e desafios enfrentados pela sociedade contemporânea.

**Contribuição Significativa para a Comunidade:** Prestação de serviços jurídicos essenciais e inovadores à comunidade, fortalecendo os laços entre a academia e a sociedade civil.

**Preparação para o Exercício Profissional:** Capacitação dos estudantes para atuarem de forma ética, responsável e eficaz na advocacia e na promoção de reformas legislativas que beneficiem a sociedade como um todo.

### ***Prática Extensionista V (10º Período) - Direito e Regionalidade Amazônica***

A Prática Extensionista V em **Direito e Regionalidade Amazônica**, com foco no **Direito no contexto da realidade amazônica**, representa o ápice da formação acadêmica e profissional dos estudantes de Direito. Esta disciplina visa aprofundar a compreensão das particularidades jurídicas e sociais da Região Amazônica, preparando os futuros profissionais para atuarem de

forma ética, eficaz e contextualizada frente aos desafios e oportunidades do ambiente amazônico. Ao conectar a teoria do Direito às realidades locais, a disciplina não só capacita os alunos para enfrentarem questões complexas da região, mas também os instrumentaliza para serem agentes de desenvolvimento sustentável e defensores dos direitos dos povos da Amazônia.

### **Objetivos**

**Geral:** Preparar os estudantes para a prática jurídica extensionista com foco nas particularidades do Direito no contexto da realidade amazônica, promovendo a defesa dos direitos socioambientais e culturais da região.

### **Específicos:**

- **Compreensão das Especificidades Jurídicas Amazônicas:** Aprofundamento no estudo e aplicação das legislações e dos princípios jurídicos que regem as questões ambientais, agrárias, fundiárias, indígenas e dos povos tradicionais na Amazônia.
- **Promoção do Desenvolvimento Sustentável:** Compromisso com a efetivação de ações jurídicas que visem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a garantia dos direitos das comunidades amazônicas.
- **Defesa dos Direitos dos Povos Tradicionais e Indígenas:** Sensibilização e capacitação para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades tradicionais da Amazônia, abordando temas como demarcação de terras, acesso a recursos naturais e preservação cultural.

### **Atividades**

- **Clínicas Jurídicas Comunitárias na Amazônia:** Participação em clínicas jurídicas voltadas para a assistência a comunidades ribeirinhas, indígenas e tradicionais, oferecendo orientação e representação jurídica em casos que envolvam seus direitos.
- **Elaboração de Projetos de Lei e Políticas Públicas Locais:** Exercício na formulação de propostas legislativas e de políticas públicas que abordem desafios específicos da Amazônia, como regularização fundiária, combate ao desmatamento ou fomento de atividades econômicas sustentáveis.

- **Pesquisa e Mapeamento de Conflitos Socioambientais:** Realização de pesquisas de campo e mapeamento de áreas de conflito relacionadas a questões ambientais e fundiárias na região, contribuindo para a identificação de problemas e a busca de soluções jurídicas.
- **Atuação em Projetos de Educação Ambiental e Jurídica:** Colaboração com organizações e órgãos públicos na execução de projetos de conscientização sobre direitos e deveres relacionados à preservação ambiental e à sustentabilidade na Amazônia.

### Parcerias

- **Ministério Público Federal e Estadual (com atuação ambiental/indígena):** Cooperação para a defesa dos direitos difusos e coletivos relacionados ao meio ambiente e aos povos tradicionais da Amazônia.
- **Organizações Indígenas e de Povos Tradicionais:** Parcerias estratégicas com associações e conselhos que representam os povos da Amazônia, proporcionando experiências práticas diretas com as comunidades e seus desafios.
- **Institutos de Pesquisa Ambiental e Socioambiental:** Colaboração com centros de pesquisa que atuam na Amazônia, para o desenvolvimento de projetos conjuntos e a troca de conhecimentos sobre as particularidades da região.
- **Órgãos Públicos Ambientais e Agrários:** Cooperação com secretarias de meio ambiente, institutos de terra e outros órgãos que atuam na regularização fundiária e fiscalização ambiental na região.

### Benefícios Esperados

- **Formação Especializada em Direito Ambiental Amazônico:** Capacitação dos estudantes para atuar com expertise nas questões jurídicas complexas e específicas da Região Amazônica.
- **Capacitação para Advocacia Socioambiental:** Desenvolvimento de habilidades e competências para a prática da advocacia voltada para a defesa dos direitos socioambientais, com foco nas comunidades e ecossistemas amazônicos.

- **Impacto Direto na Comunidade Amazônica:** Contribuição efetiva para a resolução de problemas jurídicos e sociais das comunidades locais, promovendo a justiça e a sustentabilidade na região.
- **Consciência Ética e Responsabilidade Social:** Fortalecimento do senso de responsabilidade social e ética profissional, preparando os futuros juristas para atuarem como defensores dos direitos e da riqueza da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei nº 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 maio 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Disponível em: [https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade\\_ensino\\_pesquisa\\_extensao.pdf](https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf). Acesso em: 03 maio 2024.

## ANEXO I

### DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA DE PRÁTICA EXTENSIONISTA (80h)

#### **1. Introdução e Fundamentação Teórica (10 horas)**

Apresentação da disciplina e seus objetivos.

Fundamentação teórica sobre o tema escolhido (por exemplo: Direitos do Consumidor, Direito Penal com ênfase em Criminologia etc.).

#### **2. Metodologia de Projetos e Técnicas de Pesquisa (20 horas)**

Introdução à metodologia de projetos aplicada ao Direito, incluindo técnicas de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e documental.

Discussão sobre a importância da pesquisa na prática jurídica e na formulação de propostas de intervenção na área escolhida.

#### **3. Atividades Internas: Seminários, Palestras e Workshops (25 horas)**

Participação em seminários, palestras e workshops conduzidos por especialistas e profissionais da área, abordando temas relevantes ao Direito Civil, penal ou outro tema específico da disciplina.

Realização de debates e discussões orientados sobre os conteúdos apresentados.

#### **4. Elaboração de Projetos Práticos (15 horas)**

Desenvolvimento de projetos práticos baseados na temática escolhida, envolvendo pesquisa, análise crítica e propostas de solução para problemas jurídicos específicos.

Aplicação das técnicas aprendidas de metodologia de projetos na formulação de estratégias jurídicas.

#### **5. Apresentação e Discussão de Projetos (5 horas)**

Apresentação dos projetos desenvolvidos e dos resultados das atividades práticas.

Discussão crítica sobre a viabilidade e impacto das propostas elaboradas.

## **6. Avaliação e Feedback (5 horas)**

Avaliação individual do desempenho dos estudantes com base na participação ativa, na qualidade das apresentações e na contribuição para as discussões em grupo.

Feedback final sobre o aprendizado adquirido e o desenvolvimento das competências teóricas e práticas.

## ANEXO II

### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de Prática Extensionista será dividida em **duas** notas, conforme descrito abaixo:

**1ª Nota:** Elaboração do Projeto **Peso:** 70% da nota final

**Componentes:**

Elaboração e apresentação do projeto prático relacionado à temática da disciplina.

Avaliação do projeto conforme critérios de originalidade, fundamentação teórica, viabilidade prática e contribuição para a área estudada.

**Avaliação:** Será atribuída uma nota de 0 a 7,0 com base na qualidade e adequação do projeto apresentado.

**Participação e Frequência:** **Peso:** 30% da nota final

Avaliação da presença e participação ativa nas atividades internas, como seminários, palestras, workshops e discussões em grupo.

**Avaliação:** Será atribuída uma nota de 0 a 3,0 com base na frequência e participação nas atividades programadas.

**2ª Nota:** Elaboração do Relatório **Peso:** 70% da nota final

**Componentes:**

Elaboração e apresentação de um relatório final detalhando o desenvolvimento e os resultados do projeto prático.

Análise crítica dos resultados obtidos, reflexão sobre os desafios enfrentados e possíveis recomendações para futuras ações na área.

**Avaliação:** Será atribuída uma nota de 0 a 7,0 com base na qualidade do relatório, incluindo clareza na apresentação dos resultados, coesão argumentativa e contribuição para o conhecimento na área estudada.

**Participação e Frequência:** **Peso:** 30% da nota final

Avaliação da presença e participação ativa nas atividades finais, como apresentações de projetos e discussões sobre os relatórios.

**Avaliação:** Será atribuída uma nota de 0 a 3,0 com base na frequência e participação nas atividades finais da disciplina.

**Observações Importantes:**

- **As atividades serão desenvolvidas em grupos (externas) e no coletivo da turma (internas).**
- **Não haverá segunda chamada para quaisquer das notas.**
- **Não será realizada prova de exame final.**
- **A avaliação será contínua ao longo do semestre,** considerando tanto os resultados individuais quanto a contribuição efetiva para as atividades coletivas da disciplina.

### ANEXO III

#### PROPOSTAS TEMÁTICAS PARA AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DO CURSO DE DIREITO

Prática Extensionista I (2º período)	Direitos Humanos e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estudo e promoção dos direitos humanos fundamentais.</li> <li>○ Análise crítica das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais.</li> </ul>
	Justiça Social e Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Participação em programas de assistência jurídica gratuita para grupos vulneráveis.</li> <li>○ Elaboração de projetos de conscientização sobre igualdade de gênero, inclusão racial e direitos das minorias.</li> </ul>
	Direito Ambiental e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Análise da legislação ambiental e sua aplicação na proteção dos recursos naturais.</li> <li>○ Participação em iniciativas de educação ambiental e preservação do meio ambiente.</li> </ul>
Prática Extensionista II (4º período)	Criminologia e Prevenção ao Crime	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estudo das teorias criminológicas e suas aplicações práticas.</li> <li>○ Participação em programas de prevenção ao crime e ressocialização de infratores.</li> </ul>
	Direitos Humanos no Sistema Penitenciário	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Análise das condições de encarceramento e violações aos direitos humanos.</li> <li>○ Elaboração de propostas para melhorias no sistema penitenciário e reintegração social de detentos.</li> </ul>
	Tecnologia e Direito Penal	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Impacto da tecnologia na investigação criminal e na proteção dos direitos individuais.</li> <li>○ Debate sobre privacidade digital, crimes cibernéticos e legislação penal adaptada às novas tecnologias.</li> </ul>
Prática Extensionista III (6º Período)	Direitos e Inclusão na Perspectiva Interdisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudo dos Direitos Fundamentais e Sociais sob Lentes Interdisciplinares:</b> Análise de como campos como a sociologia, a psicologia e a economia contribuem para a compreensão e efetivação dos direitos fundamentais e sociais na prática, explorando, por exemplo, o direito à saúde sob a ótica da saúde pública e da economia da saúde.</li> <li>• <b>Análise de Políticas Públicas e Justiça Social na Intersecção de Saberes:</b> Investigação da eficácia e dos impactos de políticas públicas em diversas áreas (educação, moradia, emprego) sob uma perspectiva crítica que integra o Direito com a gestão pública, a sociologia e a economia, para além de sua mera conformidade legal.</li> </ul>

	<p style="text-align: center;"><b>Conflitos Socioambientais e Soluções Integradas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abordagem Interdisciplinar de Questões Ambientais:</b> Estudo de casos que demonstrem a complexidade das relações entre Direito, meio ambiente e sociedade, como conflitos por recursos hídricos ou uso do solo, exigindo conhecimentos de biologia, geografia, engenharia ambiental e antropologia para sua compreensão e resolução.</li> <li>• <b>Participação em Iniciativas de Sustentabilidade e Conscientização Intersectorial:</b> Colaboração em projetos que promovam a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, integrando a dimensão jurídica com abordagens científicas, éticas e sociais para a preservação e uso consciente dos recursos.</li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>Direito, Cultura e Diversidade Humana</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Proteção de Grupos Vulneráveis e Direitos das Minorias:</b> Atuação em projetos que envolvam a compreensão dos aspectos culturais, históricos e sociais que levam à vulnerabilidade de certos grupos, como comunidades tradicionais urbanas, imigrantes ou população LGBTQIA+, buscando soluções jurídicas e sociais integradas.</li> <li>• <b>Elaboração de Projetos de Cidadania e Respeito à Diversidade:</b> Desenvolvimento de ações de conscientização e empoderamento que, para além da informação jurídica, explorem as dimensões antropológicas e psicossociais da identidade, do preconceito e da discriminação, visando a promoção de uma cultura de respeito e inclusão.</li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>Direito, cultura e expressões humanas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Interpretação do Direito através da Arte, Literatura e Filosofia:</b> Exploração de como obras artísticas, literárias e filosóficas refletem, questionam e moldam conceitos jurídicos como justiça, liberdade, igualdade e dignidade humana.</li> <li>• <b>Análise Histórica e Sociológica das Instituições Jurídicas:</b> Estudo da evolução do Direito e das instituições jurídicas ao longo da história e em diferentes contextos sociais, compreendendo suas raízes e seus impactos na sociedade.</li> <li>• <b>Elaboração de Projetos de Cidadania e Respeito à Diversidade:</b> Desenvolvimento de ações de conscientização e empoderamento que, para além da informação jurídica, explorem as</li> </ul>

		dimensões antropológicas e psicossociais da identidade, do preconceito e da discriminação, visando a promoção de uma cultura de respeito e inclusão. Isso pode incluir a análise de narrativas literárias ou representações artísticas para discutir temas de direitos.
Prática Extensionista IV (8º Período)	Direitos do Consumidor e Advocacia	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Assistência jurídica</b> a consumidores em conflito com fornecedores.</li> <li>○ <b>Elaboração de campanhas</b> educativas sobre direitos do consumidor e defesa de interesses coletivos.</li> </ul>
	Mediação e Resolução de Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Treinamento em técnicas de mediação e arbitragem</b> para resolução extrajudicial de disputas.</li> <li>○ Participação em casos reais de mediação comunitária e empresarial.</li> </ul>
	Direitos da Personalidade e Novas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Impacto das novas tecnologias nos direitos da personalidade (privacidade, imagem, honra).</li> <li>○ Elaboração de pareceres jurídicos sobre proteção de dados pessoais e legislação de internet.</li> </ul>
Prática Extensionista V (10º Período)	Direitos Humanos e Diversidade na Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudo e Promoção dos Direitos Fundamentais e Coletivos no Contexto Amazônico:</b> Análise aprofundada das violações e da efetivação dos direitos humanos na Amazônia, com foco nas particularidades regionais, como o direito à terra dos povos indígenas, acesso a serviços básicos em comunidades ribeirinhas e a proteção contra o trabalho análogo à escravidão.</li> <li>• <b>Análise Crítica de Políticas Públicas Sociais e de Inclusão na Realidade Amazônica:</b> Avaliação das políticas de saúde, educação, transporte e segurança social adaptadas (ou não) aos desafios da logística e da diversidade cultural amazônica, propondo melhorias e soluções jurídicas para a garantia desses direitos.</li> </ul>
	Justiça Socioambiental e conflitos regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Atuação Jurídica em Conflitos Fundiários e Ambientais da Amazônia:</b> Participação em casos que envolvem disputas de terra, grilagem, desmatamento ilegal e exploração predatória de recursos naturais, oferecendo assistência jurídica a comunidades afetadas e buscando reparação de danos.</li> <li>• <b>Elaboração de Projetos de Conscientização e Combate a Crimes Ambientais na Região:</b> Desenvolvimento de campanhas</li> </ul>

		<p>educativas e materiais informativos sobre a legislação ambiental amazônica, o combate a ilícitos ambientais e a importância da denúncia, visando a proteção da floresta e de seus povos.</p>
	<p><b>Direitos dos Povos Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável Amazônico</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Defesa e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais:</b> Atuação em processos de demarcação de terras, proteção de territórios e culturas ancestrais, e garantia de participação desses povos na tomada de decisões sobre o uso de recursos naturais e grandes empreendimentos na região.</li> <li>• <b>Participação em Iniciativas de Bioeconomia e Sustentabilidade para a Amazônia:</b> Colaboração em projetos que busquem o desenvolvimento econômico sustentável da região, como o fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e o apoio a iniciativas de ecoturismo comunitário, sempre sob a ótica da legalidade e da justiça social.</li> </ul>

## ANEXO IV

### MODELO DOS ITENS DO PROJETO DE EXTENSÃO

- 1. Título do Projeto:** Exemplo: "Promoção dos Direitos do Consumidor na Comunidade X"
- 2. Equipe Responsável:** Identificação dos membros da equipe responsável pela coordenação e execução do projeto, incluindo professores, estudantes e colaboradores externos, se aplicável.
- 3. Resumo:** Breve descrição do projeto, incluindo seus objetivos principais, público-alvo e metodologia utilizada.
- 4. Introdução:** Contextualização sobre a importância do tema abordado no projeto. Justificativa para a realização do projeto, destacando sua relevância social e acadêmica.
- 5. Objetivos:**  
**Objetivo Geral:** Descrever o propósito principal do projeto.  
**Objetivos Específicos:** Enumerar as metas detalhadas que o projeto pretende alcançar.
- 6. Metodologia:** Descrição detalhada das atividades que serão realizadas para atingir os objetivos propostos.  
Explicação das etapas do projeto, incluindo técnicas de pesquisa, intervenção comunitária, workshops etc.
- 7. Resultados Esperados:** Apresentação das principais contribuições esperadas pelo projeto para a comunidade e para o desenvolvimento acadêmico dos participantes.
- 8. Cronograma:** Distribuição das atividades ao longo do tempo, com indicativo de datas de início e término de cada etapa.
- 9. Recursos Necessários:** Listagem dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários para a execução do projeto.  
Indicação de possíveis parcerias com instituições, empresas ou órgãos governamentais.
- 10. Avaliação:** Critérios e métodos de avaliação do impacto do projeto, tanto quantitativos quanto qualitativos.  
Formas de monitoramento contínuo do progresso e dos resultados alcançados.
- 11. Referências:** Lista das principais fontes bibliográficas e legislativas utilizadas como base teórica para o projeto.

**12. Considerações Finais:** Conclusão com um resumo dos principais pontos discutidos e a importância do projeto para a formação acadêmica e profissional dos participantes.

**13. Anexos (se aplicável):** Documentos complementares, como formulários de inscrição, autorizações, planilhas orçamentárias, entre outros.

Este modelo pode ser adaptado conforme as especificidades e requisitos de cada projeto de extensão no contexto do curso de Direito ou de outras áreas. Ele fornece uma estrutura básica para organizar as informações necessárias e facilitar a elaboração de propostas consistentes e detalhadas.

## ANEXO V

### MODELO DOS ITENS PARA O RELATÓRIO DE EXTENSÃO

#### **1. Identificação:**

Título do Projeto:

Período de Realização:

Equipe Responsável:

Nome dos participantes e suas funções no projeto.

#### **2. Resumo Executivo:**

Breve síntese das atividades realizadas, resultados alcançados e principais conclusões do projeto de extensão.

#### **3. Introdução:**

Contextualização sobre o tema abordado no projeto de extensão.

Objetivos principais do projeto e justificativa para sua realização.

#### **4. Metodologia:**

Descrição detalhada das atividades desenvolvidas durante a execução do projeto.

Explicação das estratégias adotadas para alcançar os objetivos propostos.

#### **5. Resultados Obtidos:**

Apresentação dos principais resultados e impactos do projeto na comunidade e na formação dos participantes.

Análise crítica dos resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos.

#### **6. Avaliação:**

Avaliação do alcance dos objetivos propostos, utilizando critérios previamente definidos.

Discussão sobre as dificuldades encontradas e estratégias utilizadas para superá-las.

### **7. Impacto e Contribuição Social:**

Descrição do impacto do projeto na comunidade atendida e nas instituições envolvidas.

Contribuições do projeto para a promoção da cidadania, direitos humanos, desenvolvimento local, entre outros.

### **8. Considerações Finais:**

Reflexões finais sobre a experiência adquirida com a participação no projeto de extensão.

Sugestões para melhorias futuras e continuidade das ações iniciadas.

### **9. Anexos (se aplicável):**

Documentos complementares, como fotos das atividades, depoimentos de beneficiários, material de divulgação, entre outros.

### **10. Referências Bibliográficas:**

Lista das principais fontes utilizadas para embasar teoricamente o projeto de extensão.

Este modelo de relatório de extensão pode ser adaptado conforme as especificidades e resultados obtidos em cada projeto. É importante incluir informações detalhadas e objetivas para proporcionar uma visão clara do trabalho realizado e dos impactos gerados pela iniciativa de extensão universitária.

ANEXO VI

MODELO DE FICHA DE FREQUÊNCIA

**FREQUÊNCIA DA PRÁTICA EXTENSIONISTA CURRICULAR**

Período de referência: **MÊS/ANO a MÊS/ANO**

Período da disciplina:	
Temática geral:	
Título do Projeto:	
Nome do aluno:	
Matrícula:	
Turma:	

DATA	HORA DE INÍCIO	HORA DE TÉRMINO	RUBRICA DISCENTE	RUBRICA DOCENTE
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				
__/__/__				